

001-10-10



JUCESP PROTOCOLO
249111/01-9





VOTORANTIM FINANÇAS S.A.

CNPJ Nº 01.386.256/0001-41

NIRE nº 35300180542



**ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA, REALIZADA EM 30
DE ABRIL DE 2001.**

1. DATA, HORÁRIO E LOCAL - Dia 30 de abril de 2001, às 09 h., na sede social, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 2.954, 10º andar, conjunto 104, na Capital do Estado de São Paulo. **2. CONVOCAÇÃO** - Dispensada em virtude da presença da totalidade dos acionistas. **3. PRESENÇA** - Acionistas representando a totalidade do capital social, conforme assinaturas lançadas no livro "Presença de Acionistas". **4. MESA DIRIGENTE** - José Ermírio de Moraes Neto, Presidente; Marcus Olyntho de Camargo Arruda, Secretário. **5. DELIBERAÇÕES EXTRAORDINÁRIAS** - a) Foi aprovado aumentar o Capital Social de R\$ 337.891.199,44 (trezentos e trinta e sete milhões, oitocentos e noventa e um mil, cento e noventa e nove reais e quarenta e quatro centavos) para R\$ 400.557.964,00 (quatrocentos milhões, quinhentos e cinquenta e sete mil, novecentos e sessenta e quatro reais), mediante a emissão de 26.895.607 (vinte e seis milhões, oitocentos e noventa e cinco mil, seiscentos e sete) novas ações ordinárias, pelo valor total de R\$ 62.666.764,56 (sessenta e dois milhões, seiscentos e sessenta e seis mil, setecentos e sessenta e quatro reais e cinquenta e seis centavos), totalmente subscritas e integralizadas pela sócia S.A. INDÚSTRIAS VOTORANTIM, em espécie. Conseqüentemente, fica alterado o "caput" do Artigo 5º do Estatuto Social, que passa a vigorar com a seguinte nova






redação: **Artigo 5º** - O Capital Social, inteiramente realizado, é de R\$ 400.557.964,00 (quatrocentos milhões, quinhentos e cinqüenta e sete mil, novecentos e sessenta e quatro reais), dividido em 202.874.866 (duzentas e duas milhões, oitocentas e setenta e quatro mil, oitocentas e sessenta e seis) ações ordinárias, sem valor nominal, obrigatoriamente nominativas.

b) Foi deliberado alterar as características da 1ª Emissão de Debêntures, aprovada em Assembléias Gerais Extraordinárias, realizadas em 27 de março e 26 de abril de 2001, de forma a estabelecer que a emissão das Debêntures, no mesmo montante de 350.000.000 (trezentos e cinqüenta milhões de reais), será realizada em duas séries, com diferentes valores nominais, prazos, condições de amortização e remuneração, prevalecendo, conseqüentemente, as seguintes novas condições para a mencionada emissão: **1.** - Valor da Emissão: O valor total da Emissão é de R\$ 350.000.000,00 (trezentos e cinqüenta milhões de reais). **2.** - Número de Séries: Duas. **3.** - Valor da Emissão das Séries: Primeira série das Debêntures totalizará R\$ 142.500.000,00 (cento e quarenta e dois milhões e quinhentos mil reais) e a segunda série R\$ 207.500.000,00 (duzentos e sete milhões e quinhentos mil reais), valores estes na Data de Emissão (definida abaixo). **4.** - Quantidade de Debêntures a ser emitida: 39.750 (trinta e nove mil, setecentas e cinqüenta) Debêntures, sendo 19.000 (dezenove mil) Debêntures na 1ª série e 20.750 (vinte mil, setecentas e cinqüenta) Debêntures na 2ª série. **5.** - Valor Nominal Unitário das Debêntures na Data da Emissão: R\$ 7.500,00 (sete mil e quinhentos reais), as Debêntures da 1ª série e R\$ 10.000,00 (dez mil reais), as Debêntures da 2ª série. **6.** - Data da Emissão: Para todos os efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será 15 de maio de 2001. **7.** - Colocação e Procedimento de Distribuição: As Debêntures serão objeto de distribuição pública com intermediação de instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários, através do SDT – Sistema de



Distribuição de Títulos, administrado pela ANDIMA - Associação Nacional das Instituições do Mercado Aberto e operacionalizado pela CETIP - Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos, utilizando-se o procedimento diferenciado de distribuição previsto no artigo 33 da Instrução CVM nº 13, de 30 de setembro de 1980, sendo atendidos preferencialmente os clientes dos coordenadores que desejarem efetuar investimentos na emissão, não existindo reservas antecipadas, nem fixação de lotes máximos ou mínimos. **8.** - Negociação: As Debêntures terão registro para negociação no Mercado Secundário por meio do SND - Sistema Nacional de Debêntures, administrado pela ANDIMA e operacionalizado pela CETIP. **9.** - Destinação dos Recursos: Os recursos obtidos através da colocação da 2ª série da Emissão, serão utilizados para redefinir o perfil das demais obrigações que integram o passivo da Companhia. A emissão da 1ª série não gerará recursos, uma vez que esta série será emitida apenas para resgatar as Debêntures privadas, emitidas pela Companhia em 01 de Novembro de 2000. **10.** - Prazo de Vencimento: As Debêntures da 1ª série terão prazo de 03 (três) anos, contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 15 de maio 2004. As Debêntures da 2ª série terão prazo de 04 (quatro) anos, contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 15 de maio de 2005. **11.** - Conversibilidade e Forma: Escriturais, nominativa simples, não conversíveis em ações, sendo o Banco Itaú S.A. responsável pela escrituração das Debêntures. **12.** - Espécie: As Debêntures são da espécie subordinada. **13.** - Preço de Subscrição e Forma de Integralização: As Debêntures serão subscritas pelo seu Valor Nominal acrescido da Remuneração, calculada pro-rata temporis desde a Data de Emissão até a Data de Integralização. As Debêntures da 1ª série serão subscritas e integralizadas à vista, em Debêntures privadas emitidas pela Companhia, em 1º de Novembro de 2000 pela Emissora, no ato da subscrição, na proporção de 01 (uma) Debênture Privada para 01 (uma)



Debênture da 1ª série. As Debêntures da 2ª série serão subscritas e integralizadas à vista, em moeda corrente nacional, no ato da subscrição.

14. – Prazo de Subscrição: As Debêntures poderão ser subscritas a qualquer tempo, dentro do prazo de distribuição pública, que será de 6 meses a contar da data da concessão do registro pela Comissão de Valores Mobiliários. **15.** – Remuneração: As Debêntures da 1ª série serão remuneradas com taxa de juros flutuante, referenciada à taxa de juros de Depósitos Interfinanceiros – DI de um dia - extra grupo, calculada e divulgada pela CETIP e no Informativo Diário, disponível em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>) e no jornal "Gazeta Mercantil", edição nacional ("Taxa DI"), e sobretaxa, para o período compreendido entre o início, inclusive, e o fim, exclusive, do Período de Vigência da Remuneração. A sobretaxa será um percentual da Taxa DI mencionada, correspondendo a 103,5%. A Remuneração será calculada a partir da Data de Emissão, com periodicidade de pagamento anual, sendo o primeiro pagamento efetuado em 15 de maio de 2002 e o último em 15 de maio de 2004, observado o disposto nos itens seguintes: a) Período de Vigência da Remuneração é o período compreendido entre a Data de Emissão até a data de vencimento das Debêntures, ou seja, de 15 de maio de 2001 até 15 de maio de 2004, intervalo de tempo durante o qual permanecerão inalteradas as condições de remuneração; b) Período de Capitalização é o intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão e termina na data de 15 de maio de 2002 e assim sucessivamente, anualmente, até o vencimento das Debêntures, em 15 de maio de 2004. Cada "Período de Capitalização" sucede o anterior sem solução de continuidade. A Remuneração correspondente aos Períodos de Capitalização será devida e paga nas seguintes datas: 15/05/2002, 15/05/2003 e 15/05/2004 ("Datas de Pagamento da Remuneração"). **15.1.** Fórmula para cálculo da remuneração das Debêntures da 1ª série: a) A



Remuneração das Debêntures será determinada pela aplicação da seguinte fórmula:

$JR = VN \times [(f_1 \times f_2 \times f_3 \times \dots \times f_j) - 1]$, onde:

JR = valor da Remuneração a ser paga no final de cada Período de Capitalização;

VN = valor nominal ou saldo do valor nominal unitário da debênture no início do Período de Capitalização;

$(f_1 \times f_2 \times f_3 \times \dots \times f_j)$ = fator de variação acumulada no Período de Capitalização da Remuneração, calculado conforme abaixo;

Os termos $f_1, f_2, f_3, \dots, f_j$ serão obtidos de acordo com a seguinte fórmula:

$$f_j = \left\{ \left[1 + \frac{\text{Taxa DI}_j}{100} \right]^{\frac{1}{252}} - 1 \right\} \times S + 1, \text{ onde:}$$

f_j = fator diário da Taxa DI;

Taxa DI_j = Taxa DI, em percentual ao ano, base 252 dias, calculada e divulgada pela CETIP, referente ao dia "j";



S = Percentual da Taxa DI, de valor igual a 103,5% (cento e três e meio por cento), expressa em forma decimal com quatro casas;

b) A aplicação da Taxa DI incidirá no menor período permitido pela legislação em vigor, sem necessidade de aditamento à Escritura de Emissão. c) No caso de indisponibilidade temporária da Taxa DI quando do pagamento de qualquer obrigação pecuniária prevista na Escritura de Emissão, será utilizada, em sua substituição, a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI conhecida, até a data do cálculo, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte da Emissora quanto pelos debenturistas, quando da divulgação posterior da Taxa DI. d) Na ausência de apuração e/ou de divulgação da Taxa DI por prazo superior a 30 (trinta) dias, ou, ainda, no caso de sua extinção ou por imposição legal,

[Handwritten signature]

o Agente Fiduciário deverá convocar Assembléia Geral de Debenturistas para definição, de comum acordo com a Emissora, do parâmetro a ser aplicado. Até a deliberação desse parâmetro será utilizada, para cálculo do valor de quaisquer obrigações previstas na Escritura de Emissão, a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI conhecida, acrescida de *spread*, se houver, até a data da deliberação da Assembléia Geral de Debenturistas.

16. - As Debêntures da 2ª série serão remuneradas com taxa de juros flutuante, referenciada à taxa de juros de Depósitos Interfinanceiros - DI de um dia - extra grupo, calculada e divulgada pela CETIP e no Informativo Diário, disponível em sua página na *Internet* (<http://www.cetip.com.br>) e no jornal "Gazeta Mercantil", edição nacional ("Taxa DI"), e sobretaxa, para o período compreendido entre o início, inclusive, e o fim, exclusive, do primeiro Período de Vigência da Remuneração (conforme definido abaixo). A sobretaxa, a ser definida em processo de *bookbuilding*, será um percentual da Taxa DI mencionada, sendo o valor máximo de 103,5%. Para os demais Períodos de Vigência da Remuneração, as Debêntures da 2ª série serão remuneradas com taxa de juros e eventual sobretaxa, a serem definidos pelo Conselho de Administração da Companhia. O percentual da Taxa DI será apurado de acordo com o procedimento de *bookbuilding* a ser organizado e conduzido pelo Coordenador, que consiste na verificação, junto aos investidores, da demanda pelas Debêntures em diferentes níveis de *spread*. Ao final deste processo, o Conselho de Administração fixará o percentual da Taxa DI. O percentual da Taxa DI constará de aditamento à Escritura de Emissão, devendo o mesmo ser averbado à margem do seu registro perante o competente Cartório de Registro de Imóveis. A Remuneração será calculada a partir da Data de Emissão, com periodicidade de pagamento anual, sendo o primeiro pagamento efetuado em 15 de maio de 2002 e o último em 15 de maio de 2005, observado o disposto nos itens seguintes: a) Período de Vigência da Remuneração é o intervalo de tempo



durante o qual o valor dos juros e eventual sobretaxa será acumulado ao valor nominal da Debênture, para pagamento somente na data de vencimento de cada Período de Capitalização, conforme estipulado no item "b" abaixo. As condições de remuneração, para as Debêntures da 2ª série, definidas na Escritura terão período de vigência da data de emissão até a data da primeira repactuação; b) Período de Capitalização é o intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na data prevista do pagamento de juros e eventual sobretaxa imediatamente anterior, no caso dos demais Períodos de Capitalização, e termina na data prevista do pagamento de juros e eventual sobretaxa correspondente ao período. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade. A Remuneração correspondente aos Períodos de Capitalização será devida e paga nas seguintes datas: 15/05/2002, 15/05/2003, 15/05/2004 e 15/05/2005. **16.1.** Fórmula para cálculo da remuneração das Debêntures da 2ª série: a) A Remuneração das Debêntures será determinada pela aplicação da seguinte fórmula:

$JR = VN \times [(f_1 \times f_2 \times f_3 \times \dots \times f_j) - 1]$, onde:

JR = valor da Remuneração a ser paga no final de cada Período de Capitalização;

VN = valor nominal ou saldo do valor nominal unitário da debênture no início do Período de Capitalização;

$(f_1 \times f_2 \times f_3 \times \dots \times f_j)$ = fator de variação acumulada no Período de Capitalização da Remuneração, calculado conforme abaixo;

Os termos $f_1, f_2, f_3, \dots, f_j$ serão obtidos de acordo com a seguinte fórmula:

$$f_j = \left\{ \left[\left(1 + \frac{\text{Taxa DI}_j}{100} \right)^{\frac{1}{252}} - 1 \right] \times S \right\} + 1, \text{ onde:}$$

f_j = fator diário da Taxa DI;

[Handwritten signature]



Taxa DIj = Taxa DI, em percentual ao ano, base 252 dias, calculada e divulgada pela CETIP, referente ao dia "j";

S = Percentual da Taxa DI, cujo valor será definido no processo de *bookbuilding*, de valor máximo igual a 103,5% (cento e três e meio por cento), expressa em forma decimal com quatro casas;



b) A aplicação da Taxa DI incidirá no menor período permitido pela legislação em vigor, sem necessidade de aditamento à Escritura de Emissão. c) No caso de indisponibilidade temporária da Taxa DI quando do pagamento de qualquer obrigação pecuniária prevista na Escritura de Emissão, será utilizada, em sua substituição, a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI conhecida, acrescida de *spread*, se houver, até a data do cálculo, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte da Emissora quanto pelos debenturistas, quando da divulgação posterior da Taxa DI. d) Na ausência de apuração e/ou de divulgação da Taxa DI por prazo superior a 30 (trinta) dias, ou, ainda, no caso de sua extinção ou por imposição legal, o Agente Fiduciário deverá convocar Assembléia Geral de Debenturistas para definição, de comum acordo com a Emissora, do parâmetro a ser aplicado. Até a deliberação desse parâmetro será utilizada, para cálculo do valor de quaisquer obrigações previstas na Escritura de Emissão, a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI conhecida, acrescida de *spread*, se houver, até a data da deliberação da Assembléia Geral de Debenturistas. **17. - Repactuação: 17.1.** Não haverá repactuação para as Debêntures da 1ª série. **17.2.** Relativamente às Debêntures da 2ª série o Conselho de Administração da Emissora deliberará e comunicará aos debenturistas, com antecedência mínima de 10 (dez) dias úteis da data de encerramento de cada Período de Vigência de Remuneração, as condições aplicáveis ao Período de Vigência da Remuneração subsequente, informando a modalidade e os percentuais da taxa de Remuneração e prêmio, se houver, para o Período de Vigência da



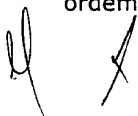
Remuneração subsequente. **17.2.1.** As condições fixadas pelo Conselho de Administração da Emissora de acordo com o disposto no item 17.2. serão devidamente comunicadas aos Debenturistas, concedendo-se prazo de, no mínimo, 05 (cinco) dias úteis, contado da data de publicação da comunicação, para que os debenturistas que não aceitarem as condições fixadas manifestem sua não aceitação através do SND, cabendo ao Conselho de Administração da Emissora fixar na referida comunicação o prazo máximo para a manifestação dos Debenturistas, que não poderá exceder a data do respectivo Período de Vigência da Remuneração. A falta de manifestação por parte dos Debenturistas no devido prazo ou a manifestação relativa a somente parte das Debêntures da 2ª série de que forem titulares será considerada aceitação, por tais Debenturistas, aos termos da repactuação relativamente às Debêntures da 2ª série que não forem expressamente indicadas. **17.2.2.** A Emissora obriga-se a adquirir ou resgatar as Debêntures da 2ª série dos Debenturistas que não aceitarem as condições fixadas pelo Conselho de Administração da Emissora e que se manifestarem de acordo com o disposto no item 17.2.1 acima, pelo saldo do Valor Nominal acrescido da Remuneração devida até data da efetiva aquisição ou resgate, se houver, que deverá ocorrer na data de encerramento do respectivo Período de Vigência da Remuneração. A aquisição ou resgate a que se refere esta cláusula não será acrescido de prêmio de qualquer natureza. **17.3.** Fica desde já definido que a 1º repactuação dar-se-à em 15 de maio de 2002, por ocasião do vencimento do Primeiro Período de Vigência da Remuneração das Debêntures da 2ª série. As demais repactuações ocorrerão anualmente, sendo a 2ª repactuação em 15 de maio de 2003 e a 3ª em 15 de maio de 2004. **18.** – Amortização: A Amortização das Debêntures da 1ª série será feita em 03 (três) parcelas iguais, a partir da Data de Emissão, com periodicidade de pagamento anual, sendo o primeiro pagamento efetuado em 15 de maio de



2002 e o último em 15 de maio de 2004. A Amortização das Debêntures da 2ª série será feita em 04 (quatro) parcelas iguais, a partir da Data de Emissão, com periodicidade de pagamento anual, sendo o primeiro pagamento efetuado em 15 de maio de 2002 e o último em 15 de maio de 2005. **19.** – Aquisição Facultativa: A Emissora poderá, a qualquer tempo, adquirir Debêntures em circulação, por preço igual ou inferior ao seu valor nominal acrescido da remuneração devida até a data de aquisição e ainda não paga aos Debenturistas, observado o disposto no artigo 55, § 2º, da Lei n.º 6.404/76. As Debêntures adquiridas pela Emissora poderão ser canceladas, permanecer na tesouraria da Emissora, ou ser novamente colocadas no mercado. As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma Remuneração das demais Debêntures em circulação. **20.** – Resgate Antecipado: As Debêntures em circulação poderão ser resgatadas, a qualquer tempo, a critério do Conselho de Administração da Companhia. O resgate poderá ser total ou parcial, pelo seu valor nominal acrescido da remuneração pro rata temporis. Na hipótese de resgate antecipado parcial, a Emissora adotará o critério de sorteio, a ser realizado na presença do Agente Fiduciário e com divulgação pela imprensa das regras concernentes ao sorteio. **21.** – Fundo de Amortização: Não será constituído para a presente emissão. **22.** – Local de Pagamento: Os pagamentos a que fazem jus as Debêntures serão efetuados utilizando-se os procedimentos adotados pela CETIP, ou, na hipótese de os Debenturistas não estarem vinculados à esse sistema: (i) na sede da Emissora; ou, conforme o caso, (ii) pela instituição financeira contratada para este fim. **23.** – Prorrogação dos Prazos: Considerar-se-ão prorrogadas as datas de pagamento de qualquer obrigação por quaisquer das partes, inclusive pelos Debenturistas no que se refere ao pagamento do preço de subscrição, até o 1º (primeiro) dia útil subsequente, se a data de pagamento coincidir com dia em que não houver

expediente comercial ou bancário, na Cidade de São Paulo, SP, sem nenhum acréscimo aos valores a serem pagos, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser pela CETIP, hipótese em que haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com sábado, domingo e feriado nacional. **24.** - Encargos Moratórios: Ocorrendo impontualidade no pagamento de qualquer quantia devida aos debenturistas, os débitos em atraso serão acrescidos de Remuneração, bem como de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculados desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento, e de multa moratória de 2% (dois por cento) sobre o valor devido, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial. **25.** - Decadência dos direitos aos acréscimos: O não comparecimento do debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer obrigações pecuniárias relativas às Debêntures, nas datas previstas na Escritura de Emissão, ou em comunicado publicado pela Emissora, não lhe dará o direito ao recebimento de qualquer acréscimo no período relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe assegurado, todavia, os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento. **26.** - Publicidade: Todos os atos e decisões referentes a esta emissão de Debêntures, que de qualquer forma vierem a envolver interesses dos debenturistas, deverão ser, obrigatoriamente, comunicados, na forma de "aviso", no jornal "Diário do Comércio", edição nacional, sempre com antecedência mínima de 10 (dez) dias, devendo a Emissora avisar, tempestivamente, o Agente Fiduciário da realização de qualquer publicação. **27.** - Garantia: Fiança da S.A. INDÚSTRIAS VOTORANTIM, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Amauri 255, 1º andar, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica sob n.º 61.082.582/0001-97, que obriga-se, perante os Debenturistas, como fiadora e principal pagadora da Emissora, renunciando expressamente aos benefícios de ordem, direitos e faculdades de exoneração de qualquer natureza previstos

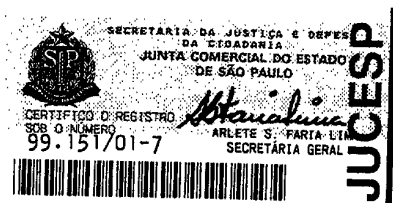


nos artigos 1.006, 1.485, 1.491, 1.494, 1.498, 1.499, 1.500, 1.502, 1.503 e 1.504 do Código Civil, nos artigos 261 e 262 do Código Comercial Brasileiro e nos artigos 77 e 595 do Código de Processo Civil, pelo pagamento integral do Valor Nominal das Debêntures acrescido da Remuneração e, se for o caso, dos encargos moratórios, e de todos e quaisquer valores, principais ou acessórios, devidos pela Emissora, incluindo quaisquer encargos decorrentes de eventuais ações judiciais, em caso de inadimplemento da Emissora. A fiança aqui referida será prestada pela Fiadora em caráter irrevogável e irretratável, e vigorará até o integral cumprimento, pela Emissora, de todas as suas obrigações previstas na Escritura de Emissão. **28.** - Agente Fiduciário: PLANNER CORRETORA DE VALORES S.A., com sede na Avenida Paulista, 2.439 – 11º andar – São Paulo – SP. **29.** - Vencimento Antecipado: O Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações objeto da Escritura de Emissão e exigir o imediato pagamento, pela Emissora, do valor nominal das Debêntures, acrescido da remuneração devida até a data do efetivo pagamento, e juros moratórios, se houver, independentemente de aviso, interpelação ou notificação judicial ou extrajudicial, na ocorrência dos seguintes eventos: (i) protesto legítimo e reiterado de títulos contra a Emissora ou a Fiadora, cujo valor agregado seja igual ou superior a R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais), ou a constituição da Emissora ou da Fiadora em mora por atraso no pagamento de obrigações de mesmo valor, salvo se o protesto ou constituição em mora tiver sido efetivado por erro ou má-fé de terceiro, desde que validamente comprovado pela Emissora ou pela Fiadora, ou se for cancelado, ou ainda, se o valor dos títulos protestados, ou da obrigação que esteja em atraso, for objeto de depósito em juízo, em qualquer hipótese, no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas de sua ocorrência; (ii) pedido de concordata preventiva formulado pela Emissora ou pela Fiadora, ou deferimento de pedido de concordata da



Emissora ou da Fiadora, requerido por terceiros; (iii) liquidação ou decretação de falência da Emissora ou da Fiadora; (iv) não pagamento, pela Emissora, do saldo do Valor Nominal, amortizado conforme definido acima, da Remuneração, das Amortizações e de quaisquer outros valores devidos aos debenturistas nas datas previstas na Escritura de Emissão, não sanado no prazo de 5 (cinco) dias, contados da respectiva data de vencimento; (v) falta de cumprimento, pela Emissora de toda e qualquer obrigação prevista na Escritura de Emissão, não sanada em 5 (cinco) dias, contados da data em que for recebido aviso escrito que lhe for enviado pelo Agente Fiduciário, nesse sentido; (vi) alteração do controle acionário, tal como definido em lei, da Fiadora para empresas que não sejam suas controladas, ou controladoras, ou sujeitas a controle comum. **c)** Fica delegado ao Conselho de Administração competência para proceder a eventuais alterações e ajustes nas condições de emissão das Debêntures, nos termos do art. 59 da Lei nº 6.404/76. **OBSERVAÇÕES FINAIS - a)** O Sr. Presidente franqueou o uso da palavra, não havendo, todavia, nenhuma manifestação; **b)** Os trabalhos foram suspensos para a lavratura da presente ata, que tendo sido lida e achada conforme, vai assinada pelos presentes. (aa) José Ermírio de Moraes Neto, Presidente; Marcus Olyntho de Camargo Arruda, Secretário; S.A. Indústrias Votorantim S.A., José Ermírio de Moraes Neto e Marcus Olyntho de Camargo Arruda, José Ermírio de Moraes Neto, Marcus Olyntho de Camargo Arruda e Wilson Masao Kuzuhara.

A presente transcrição é cópia fiel da ata lavrada no livro próprio.



São Paulo, 30 de abril de 2001.


Marcus Olyntho de Camargo Arruda
Secretário